



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

MANHÃ

AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR
TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo trinta questões objetivas, 1 dissertação e 1 questão discursiva, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da dissertação e da resposta da questão discursiva



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da dissertação e da resposta da questão discursiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **15 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- Transcreva a frase abaixo para o espaço reservado na folha de respostas das questões objetivas, utilizando sua caligrafia usual

Nem tudo que reluz é ouro.

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e do caderno de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para o caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

1

Em muitos momentos de nossa vida profissional, temos que apresentar uma ideia e defendê-la. Observe o texto a seguir, publicado há alguns anos, como mostra o tema da discussão:

“Frequentemente ouve-se dizer que a causa principal da distância dos jovens em relação à leitura é a televisão. Não vamos insistir aqui sobre os problemas que esse aparelho apresenta para a leitura e o estudo, mas desejo acrescentar duas reflexões: primeiro, que já Rousseau, no século XVIII, qualificava a leitura como ‘o castigo da juventude’, o que indica que, mesmo quando não havia televisão, ler também podia ser uma atividade pouco atrativa para muitos jovens. Em segundo lugar, que, apesar do que sempre se diz sobre a pouca leitura, nunca se leu tanto quanto agora e, às vezes, a televisão, ainda que pareça mentira, usada racionalmente, pode ajudar a ler. Assim, é frequente que as séries televisivas de mais audiência façam disparar a venda dos livros nos que se baseiam, como ocorreu com a série ‘Senhor dos Anéis’. Pode ser que esse cinema doméstico não ajude a promover a leitura, já que é mais passivo que o livro, exige menos esforço mental, é mais atrativo para os pequenos, mas em nenhum caso é a principal razão de que hoje em dia não se leia”. Para defender sua ideia, o autor do texto apela para uma série de recursos argumentativos; a opção em que o recurso indicado está exemplificado adequadamente é:

- (A) o argumentador se refere a uma obra célebre, cuja alusão esteja a serviço da tese defendida: “Assim, é frequente que as séries televisivas de mais audiência façam disparar a venda dos livros nos que se baseiam, como ocorreu com a série ‘Senhor dos Anéis’”;
- (B) o argumentador, para facilitar a compreensão, relaciona dois domínios diferentes, apelando para uma analogia: “Assim, é frequente que as séries televisivas de mais audiência façam disparar a venda dos livros nos que se baseiam...”;
- (C) o argumentador introduz um outro ponto de vista na tese adversa: “Em segundo lugar, que, apesar do que sempre se diz sobre a pouca leitura, nunca se leu tanto quanto agora e, às vezes, a televisão, ainda que pareça mentira, usada racionalmente, pode ajudar a ler”;
- (D) o argumentador cita fatos, um testemunho, um caso particular, apresentados como provas: “Pode ser que esse cinema doméstico não ajude a promover a leitura, já que é mais passivo que o livro, exige menos esforço mental, é mais atrativo para os pequenos...”;
- (E) o argumentador apela para valores predominantes numa dada sociedade: “Não vamos insistir aqui sobre os problemas que esse aparelho apresenta para a leitura e o estudo...”.

2

Observe o seguinte texto de Pascal, que discute a distinção entre *demonstrar* e *agradar*: “Ninguém ignora que há dois caminhos por onde as opiniões são recebidas na alma, que são o entendimento e a vontade. O mais natural é o do entendimento, porque não deveríamos aceitar jamais a não ser as verdades demonstradas; mas o mais comum, embora contra a natureza, é o caminho da vontade porque todos os homens são levados sempre a crer não pela prova, mas pelo prazer. Esse caminho é baixo, indigno e estranho: assim todos o desaprovam”.

O segmento abaixo que se utiliza dos dois caminhos referidos por Pascal a fim de convencer o leitor é:

- (A) A partir desta semana as crianças já podem ser vacinadas contra a Covid, pois tanto a Anvisa como o Ministério da Saúde autorizaram essa vacinação, fundamentados em pesquisas e na experiência de outros países, o que deixa, em alguns casos, os pais tranquilos quanto à saúde dos filhos;
- (B) No livro *A cidade e as serras*, o romancista português Eça de Queiroz procura mostrar a superioridade destas sobre aquela, apoiado na tranquilidade do campo, na solidariedade dos habitantes do interior e em seu conservadorismo pacífico;
- (C) Todos os verbetes deste dicionário estão dispostos em ordem alfabética e contêm informações gramaticais, etimológicas e enciclopédicas, todas elas magnificamente embasadas em obras de nome consagrado;
- (D) O laudo da autópsia no corpo do artista, vítima de um acidente de trânsito em pleno centro da cidade de São Paulo, trazia a causa da morte como politraumatismo, em função da grande velocidade do veículo no momento da ocorrência;
- (E) Se você viajar a Portugal, não deixe de visitar o Santuário de Fátima, pois, mesmo para os que não possuem crença religiosa, as demonstrações de fé, sobretudo das pessoas mais humildes, emocionam a todos.

3

Leia com atenção o texto de Albert Camus: “Não há vida sem diálogo. E, na maior parte do mundo, o diálogo está sendo substituído pela polêmica. O século XX é o século da polêmica e do insulto. Ela se trava entre as nações e os indivíduos e ocupa o espaço que era anteriormente ocupado pelo diálogo de reflexão. Milhares de vezes, dia e noite, praticando cada uma de seu lado um monólogo tumultuado, derramam sobre as pessoas uma torrente de palavras mistificadoras, ataques, defesas, exaltações...[...] Não há vida sem persuasão. E a história moderna não conhece nada além da intimidação”.

O texto abaixo que exemplifica o caso da intimidação do leitor é:

- (A) A sociedade atual, marcada pelo avanço científico e tecnológico, abriu caminhos para novas relações culturais, sociais e econômicas. Não sendo um mundo descolado de um contexto mais amplo, a escola não se constitui como um espaço inerte às tensões da sociedade. Exige-lhe mudanças nas formas de relações e interações, ao tratamento da informação e construção de conhecimentos que permitam a seus estudantes desvelar e participar ativamente na realidade;
- (B) É papel do abrigo reintegrar crianças e adolescentes institucionalizados a suas famílias, além de atuar visando à transformação da realidade vivida pela maioria das famílias que recorrem aos seus serviços. Dessa forma, os abrigos, suas diretorias, seus técnicos e funcionários atuarão de forma construtiva nas diversas etapas da reintegração, processo esse que sempre envolve a recuperação da autoestima, do valor e da dignidade da família;
- (C) Falar sobre diversidade na Educação Infantil ainda parece ser um tabu. Para algumas famílias, vários fatores podem complicar esse diálogo, geralmente influenciados por crenças pessoais que acabam interferindo nas percepções. Não é diferente para algumas professoras ou professores, que acabam evitando essa conversa pelos mesmos motivos, ou ainda, por não saberem muito bem como lidar com questões relacionadas à diversidade nas composições familiares;
- (D) Em um momento sócio-histórico no qual ecologia, sustentabilidade e educação ambiental perderam o status de temas emergentes e palavras de ordem para se tornarem fatores essenciais à sobrevivência humana, é fundamental investigar o que nossas escolas ensinam em termos de relações pessoa-ambiente;
- (E) A Educação Inclusiva surge praticamente como uma alternativa de socialização para pessoas excluídas da sociedade que viviam apenas no meio familiar. Muitas crianças com algum tipo de deficiência, há pouco tempo, não podiam participar e interagir ativamente do processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar junto com as crianças ditas “normais”. A partir de manifestações sociais, declarações e direitos garantidos em leis pode-se dizer que houve alteração nesse cenário.

4

Em uma tarde ensolarada, estou no portão da escola recebendo as crianças como todos os dias. De repente, um carro para em frente ao portão. Um menino de quatro anos chega à porta da escola com o telefone nas mãos, assistindo desenho ou jogando (não foi possível identificar), tão concentrado que nem percebe que chegou à escola. A mãe chama e ele não atende. Então, ela pega o telefone das mãos do filho e ele começa a reclamar, chorando e exaltado, querendo o telefone novamente. A mãe pede ao filho para parar de chorar e de “fazer birra”, mas este não a atende. Para parar de ouvir a reclamação do filho, ela então vai ao carro, busca o tablet e deixa que o filho o leve para a escola.

Diário de bordo, 26 de fevereiro de 2018.

Sobre a estrutura desse pequeno texto, retirado de um estudo sobre a Tecnologia e a Educação Infantil, a afirmativa adequada é que se trata de um texto:

- (A) argumentativo, em que se procura, por meio de uma estrutura narrativa, condenar o mau emprego da tecnologia nas escolas;
- (B) narrativo, de que o narrador participa somente como observador e que pode servir de exemplo para a condenação de um mau processo educativo familiar;
- (C) narrativo, de que o narrador participa com opiniões sobre o narrado, em tom condenatório da tecnologia atual;
- (D) meramente descritivo de uma cena presenciada por um observador isento, cena essa que mostra características da sociedade atual;
- (E) argumentativo, em que o argumentador se utiliza da presença de um tablet para a condenação dos games infantis como não educativos.

5

Um personagem de um célebre romance francês é enunciador do seguinte discurso:

“O que teria eu que fazer para demonstrar a utilidade da agricultura? Quem provê nossas necessidades? Quem fornece nossos alimentos? Não é o agricultor? O agricultor, senhores, que semeia nossos campos com sua mão laboriosa, faz nascer o trigo, que, triturado por engenhosas máquinas, dá origem à farinha, que, transportada para o padeiro, produz alimento para o pobre e para o rico. Não é também o agricultor que gera nossas roupas, engordando os seus rebanhos, nas nossas pastagens? Porque, como nos vestiríamos, como nos alimentaríamos sem o agricultor?”

Sobre a estrutura argumentativa desse pequeno texto, a única afirmativa correta é:

- (A) a tese do texto se apoia num conjunto de seis argumentos, construídos em forma de perguntas para os ouvintes;
- (B) a estruturação desse texto em dois segmentos argumentativos é marcada pela presença do conector “também”;
- (C) a tese do texto é de base social, configurada na frase “produz alimento para o pobre e para o rico”;
- (D) a tentativa de convencimento dos ouvintes é realizada por meio de apelos econômicos, ligados a fatores de produção e consumo;
- (E) a argumentação desse texto se apoia no valor histórico da agricultura e da pecuária, na eficiente tecnologia da época e em exemplos retirados do cotidiano.

6

Uma das falhas mais comuns na formulação de um texto é o fato de ser vago, ou seja, sem o apoio devido para as ideias expressas. Os textos abaixo mostram estratégias diversas como técnicas de apoio às ideias veiculadas; o texto que tem corretamente indicada essa estratégia é:

- (A) “Em toda a natureza, o meio lógico de defender-se contra a debilidade é a adaptação. A debilidade, como todas as coisas deste mundo, não é um conceito absoluto. Tem-se debilidade somente diante de uma força superior e contrária. Uma lebre, sem águias que a persigam desde o alto, sem cães nem caçadores, rodeada de outras lebres tão inofensivas quanto ela, não teria necessidade de desenvolver seus meios de fuga” / o apoio da ideia “meio lógico de defender-se contra a debilidade” é feito por meio de informações científicas;
- (B) “O automóvel ecológico Opel Twin é um veículo protótipo desenhado com a finalidade de reduzir o consumo de combustível e a emissão de dióxido de carbono para a atmosfera. O objetivo, em cifras: um veículo que não consuma mais de 3,5 litros de combustível por cada 100 quilômetros” / a ideia de “automóvel ecológico” vem apoiada por dados cuja autenticidade é de fácil comprovação;
- (C) “Cresci no Brooklyn; era um menino tímido e gaguejava muito. Na escola, me aterrorizava o fato de ter que tomar a palavra diante do grupo. Naqueles dias em que sabia que teria que falar em público, fingia mal-estar, ficava de costas para a turma e alguém lia a minha composição. Meus companheiros faziam pouco de mim” / a ideia da identificação do autor do texto é apoiada por descrições de caráter visual;
- (D) “Estava sentada sobre o tapete, diante da janela aberta e fiquei olhando a paisagem, enquanto cantarolava a frase e a desfazia. Estava entardecendo. Passavam umas nuvens rosáceas que, sem sentir, mudavam o perfil, de consistência e de cor” / o objeto da descrição é construído por meio do relato de experiências pessoais;
- (E) “O lugar, bastante sombrio, era sórdido. Era simplesmente miserável e triste, como qualquer uma dessas humildes celas dos presídios públicos. Somente duas aberturas: a janela diminuta e a portinhola para o corredor” / o apoio para a caracterização do lugar é feito por meio de exemplos.

7

Observe o texto expositivo a seguir.

Por uma vida mais longa

Terra, novembro/2003

“Qual é a verdadeira extensão da vida humana? Estaremos caminhando para uma vida sem limites? Essas são as questões colocadas na reportagem de capa desta edição de *Terra*, um detalhado trabalho do jornalista Celso Arnaldo Araújo, duas vezes ganhador do Prêmio Esso de Jornalismo na área de ciências. As conclusões são impressionantes e evidentes. Com o aprimoramento da medicina, da bioengenharia e da genética, a tendência é que, em meados do século XXI, a expectativa de vida do ser humano ultrapasse os cem anos. E pode ir mais longe.

Se na Idade Média um homem de 30 anos já era um ancião, hoje já se pode pensar que, com alguns cuidados e muita tecnologia, você pode viver muito mais que seus antepassados.

O impacto da longevidade humana será, sem dúvida, um dos temas da agenda do planeta ainda neste século, mas, ainda que isso represente um problema social e previdenciário, não deixa de ser alvissareiro imaginar que o ser humano terá mais tempo para aproveitar sua existência e talvez não seja uma utopia pensar que, diante dessa perspectiva, o homem passe a cuidar melhor da Terra em que viverá por mais tempo.”

Esse texto – que apresenta um futuro artigo da revista – mostra uma falha em sua composição, que pode ser identificada do seguinte modo:

- (A) o tema não aparece suficientemente desenvolvido e apoiado, sendo preciso um acréscimo de alguns parágrafos com as informações necessárias;
- (B) as relações lógicas entre os parágrafos não estão claramente estabelecidas, o que torna necessária a presença de conectores lógicos apropriados;
- (C) o título escolhido não obedece a um princípio básico, que é o de refletir, em poucas palavras, o tema e a finalidade do texto, atrair a atenção do leitor e sugerir o conteúdo da exposição;
- (D) o texto não mostra uma conclusão evidente, levando à necessidade de acrescentarem-se ideias, detalhes ou dados que destaquem o tema, sem repeti-lo com as mesmas palavras;
- (E) algumas palavras ou informações podem ser desconhecidas para os leitores da revista, sendo aconselhável o acréscimo de definições ou explicações ou a substituição de palavras técnicas ou raras por outras mais conhecidas.

8

“Naquele verão de 2021, o grupo de turistas se aglomerou à porta da Matriz, ao redor do guia, que, naquele momento, lhes passava informações importantes para a adequada visualização daquele monumento. A enorme porta de madeira chamou logo a atenção, mas o interior do templo, com suas imagens barrocas, levou, em seguida, emoção a todos os que têm olhos para ver. Na saída, os comentários reclamavam do pouco tempo de visita a locais tão belos, mas o mês de janeiro estava no fim e o trabalho já se anunciava.”

Esse pequeno texto traz um conjunto de elementos encarregados de situações temporais; sobre esse aspecto, a única afirmação inadequada é:

- (A) há indicações diretas e precisas de localização temporal, como no caso de “o mês de janeiro estava no fim”;
- (B) alguns objetos, como as imagens barrocas, localizam indiretamente a época da Matriz;
- (C) algumas ações podem trazer implicitamente ideia de tempo, como a expressão “Na saída”;
- (D) os termos “logo” e “em seguida” dão indicações de tempo posterior, de forma precisa;
- (E) o termo “naquele momento” tem referência cronológica em função da situação narrada.

9

Em todos os segmentos abaixo, foram suprimidos os conectores lógicos que faziam ligações entre os segmentos.

A opção em que um conector lógico estabelece uma relação lógica adequada ao contexto, independentemente de modificações na construção, é:

- (A) O viajante não percorreria mais o trajeto de trem, pois os vagões estavam muito cheios / havia, entre os passageiros, rumores de greve; - além de que;
- (B) Esse filme referido aqui foi fantástico e digno de todos os elogios feitos / o começo da trama se desenrolou lentamente; - visto que;
- (C) Em matéria de segurança nas estradas, trata-se mais de educar o público / é preciso criar consciência dos perigos; - portanto;
- (D) Como ser aprovado neste concurso? Estudando muito / estudando metódica e organizadamente; - e assim;
- (E) João não estava presente no recinto. Ele está doente / ele não encontrou o endereço; - ou seja.

10

Leia o texto abaixo, publicado em jornal algum tempo atrás:

Tecnologia e família

São inegáveis as mudanças positivas que a internet trouxe para a vida de muitas famílias em nosso país e no mundo, como a possibilidade de trabalho e educação a distância e uma intensa vida social.

Creio que o acesso aos recursos da internet nem sempre tem consequências positivas. É frequente ver que os adolescentes e jovens – por estarem diante da tela do computador – invertem perigosamente seus horários, perdem horas de sono e, basicamente, deixam de relacionar-se com amigos e membros da família.

É verdade que a internet é um instrumento que possibilita uma nova forma de relação interpessoal, mas esta é muito diferente da relação íntima, cara a cara, que se dá no âmbito familiar. Por isso, a perda da noção de contacto físico e emocional – que no mundo da rede é substituído pela transmissão e interação virtual – poderia afetar as relações familiares.

O lar é um espaço privilegiado onde rapidamente podemos detectar as consequências do uso abusivo da rede, com claras repercussões no conjunto do entorno familiar. Todos devíamos preparar-nos para o grande desafio do novo milênio, que é o de tentar integrar os incríveis progressos científicos e tecnológicos, aqui representados pela internet, de modo que possam ampliar os limites da experiência humana sem desumanizá-la, mas enriquecendo-a e aprofundando-a.

Sobre o texto acima, é correto afirmar que:

- (A) a tese defendida pelo autor do texto é a de que a internet traz consigo a perda de contato com a realidade;
- (B) o autor utiliza a estratégia argumentativa de exemplificação no primeiro e segundo parágrafos do texto;
- (C) o terceiro parágrafo apresenta uma ideia de concessão positiva para a internet, desacompanhada de qualquer refutação;
- (D) a relação argumentativa de causa/consequência está presente no último período do texto;
- (E) no primeiro período do último parágrafo, o autor do texto apela argumentativamente para um testemunho de autoridade, apoiado na experiência pessoal.

11

Todas as opções abaixo mostram uma tese, seguida de um argumento; a opção em que o argumento NÃO é adequado à tese é:

- (A) tese: Este sabão em pó é o melhor do mercado / ele retira todas as manchas e obtém uma brancura ímpar;
- (B) tese: O futebol é o melhor esporte de todos / os jogadores formam uma equipe solidária e lutam por uma vitória comum;
- (C) tese: É preciso conservar as florestas / as árvores fornecem madeira, indispensável a construções;
- (D) tese: A prancha à vela é um esporte ideal / ele permite brincar com os elementos naturais, como a água e o vento, sem prejudicá-los;
- (E) tese: É preciso proibir o trânsito de veículos nos grandes centros / é preciso preservar os monumentos que o gás dos escapamentos prejudica para que as gerações futuras possam contemplá-los.

12

Em uma de suas crônicas, Rubem Braga tece os seguintes comentários sobre o padre Feijó, figura importante de nossa história: "...quanta mediocridade, quanta incoerência! Não era homem excepcional nem pela inteligência nem pela cultura. Não teve, diante dos problemas do Brasil, nenhuma visão mais larga nem penetrante; não nos legou, nem mesmo aos homens do Segundo Império, nenhuma ideia mais alta ou mais justa para levar adiante. Teimoso e limitado, tinha dois ou três projetos que defendeu até a velhice, e nenhum deles de maior mérito".

Temos aqui o exemplo de um argumento *ad hominem*, ou seja, uma argumentação crítica contra uma pessoa.

O tipo de argumento *ad hominem* que é adequado ao texto de Rubem Braga é aquele que:

- (A) repousa sobre uma incoerência ou inconsistência de ordem formal: a incompatibilidade ou a contradição lógica entre diferentes elementos argumentativos;
- (B) consiste em colocar em discussão a posição mantida por uma pessoa em virtude de traços de sua personalidade nas suas relações sociais;
- (C) não procura desacreditar uma ideia em função de um aspecto negativo da pessoa que a formula, mas se prende diretamente a marcas negativas da própria pessoa;
- (D) marca a reprovação de alguém por ter mudado de ideia, mudando de política geral ou de partido político;
- (E) pretende destacar a contradição entre o dizer e o fazer, tendo um comportamento incompatível com o discurso que apresenta.

13

Observe o seguinte texto, de autoria de um conhecido sociólogo contemporâneo: "A moda satisfaz ao mesmo tempo o desejo de reunião com os outros, e o do isolamento, da diferenciação. O indivíduo na moda se sente diferente, original, e, ao mesmo tempo, objeto da aprovação do maior número de pessoas, que se comportam como ele".

Sobre os componentes estruturais desse segmento, a afirmação adequada é:

- (A) o desejo de reunião com os outros se explica pela necessidade de ser admirado pelos que mostram comportamento diferente do seu;
- (B) o texto reflete o ponto de vista de um sociólogo porque destaca o pensamento íntimo da pessoa que está na moda;
- (C) a pessoa que está na moda é vista como insegura em suas convicções, pois necessita socialmente da aprovação alheia;
- (D) a característica essencial da moda é a contradição aparente entre o isolamento e a interação;
- (E) a moda é vista, no texto, como algo fútil e de reduzida importância na vida humana.

14

Observe os dois textos a seguir.

1) "Nossa civilização é uma soma de conhecimentos e de lembranças acumuladas por gerações que nos precederam. Nós não podemos participar dela a não ser entrando em contato com o pensamento dessas gerações."

2) "Os jovens dificilmente admitem o valor da experiência. A mutação brusca que vivemos, o acontecimento da sociedade científica, desqualifica seriamente, é necessário que se diga, a experiência das gerações precedentes."

Sobre esses textos, é correto afirmar que:

- (A) segundo o texto 1, a inserção de alguém em um estado civilizatório depende do estudo do pensamento das gerações precedentes, ação distante dos jovens;
- (B) o texto 2 nos diz que o progresso científico faz com que grande parte dos jovens desqualifique o valor da experiência, em função mesmo de esses conhecimentos novos não dependerem dela;
- (C) os textos 1 e 2 se aproximam pelo enfoque de extrema valorização da experiência das gerações passadas, ainda que em aparente oposição;
- (D) o texto 1 valoriza o acúmulo de conhecimentos das gerações antecedentes, mas os coloca acima de nossas possibilidades atuais;
- (E) os textos 1 e 2 se opõem frontalmente, tendo por base o procedimento da juventude diante dos conhecimentos e lembranças das gerações passadas.

15

Observe o texto descritivo a seguir.

"Entramos vagarosa e silenciosamente pela porta do laboratório às escuras; o cheiro do local era nauseabundo e havia uma substância pegajosa não identificada por todo o chão. Havia tubos de ensaio espalhados, como se os trabalhadores do local tivessem saído às pressas... Pelo amargo de nossas bocas, as expectativas eram as piores possíveis."

A estratégia empregada nessa descrição é a de:

- (A) descrever detalhadamente, construindo-se da parte para o todo;
- (B) apresentar os elementos da descrição de cima para baixo;
- (C) utilizar todos os sentidos físicos na descrição;
- (D) identificar claramente os componentes do cenário descrito;
- (E) mostrar os elementos de longe para perto.

Língua Inglesa

Professional skepticism and why it matters to audit stakeholders

In auditing, the concept of professional skepticism is ubiquitous. Just as a Jedi in *Star Wars* is constantly trying to hone his understanding of the “force”, an auditor is constantly crafting his or her ability to apply professional skepticism. It is professional skepticism that provides the foundation for decision-making when conducting an attestation engagement.

A brief definition

The professional standards define professional skepticism as “an attitude that includes a questioning mind, being alert to conditions that may indicate possible misstatement due to fraud or error, and a critical assessment of audit evidence.” Given this definition, one quickly realizes that professional skepticism can’t be easily measured. Nor is it something that is cultivated overnight. It is a skill developed over time and a skill that auditors should constantly build and refine.

Recently, the extent to which professional skepticism is being employed has gained a lot of criticism. Specifically, regulatory bodies argue that auditors are not skeptical enough in carrying out their duties. However, as noted in the white paper titled Scepticism: The Practitioners’ Take, published by the Institute of Chartered Accountants in England and Wales, simply asking for more skepticism is not a practical solution to this issue, nor is it necessarily always desirable. There is an inevitable tug of war between professional skepticism and audit efficiency. The more skeptical the auditor, typically, the more time it takes to complete the audit.

Why does it matter? Audit quality.

First and foremost, how your auditor applies professional skepticism to your audit directly impacts the quality of their service. Applying an appropriate level of professional skepticism enhances the likelihood the auditor will understand your industry, lines of business, business processes, and any nuances that make your company different from others, as it naturally causes the auditor to ask questions that may otherwise go unasked.

Applying skepticism internally

By its definition, professional skepticism is a concept that specifically applies to auditors, and is not on point when it comes to other audit stakeholders. This is because the definition implies that the individual applying professional skepticism is independent from the information he or she is analyzing. Other audit stakeholders, such as members of management or the board of directors, are naturally advocates for the organizations they manage and direct and therefore can’t be considered independent, whereas an auditor is required to remain independent.

However, rather than audit stakeholders applying professional skepticism as such, these other stakeholders should apply an impartial and diligent mindset to their work and the information they review. This allows the audit stakeholder to remain an advocate for his or her organization, while applying critical skills similar to those applied in the exercise of professional skepticism. This nuanced distinction is necessary to maintain the limited scope to which the definition of professional skepticism applies: the auditor.

It is also important to be critical of your own work, and never become complacent. This may be the most difficult type of skepticism to apply, as most of us do not like to have our work criticized. However, critically reviewing one’s own work, essentially as an informal first level of review, will allow you to take a step back and consider it from a different vantage point, which may in turn help detect errors otherwise left unnoticed. Essentially, you should both consider evidence that supports the initial conclusion and evidence that may be contradictory to that conclusion.

The discussion in auditing circles about professional skepticism and how to appropriately apply it continues. It is a challenging notion that’s difficult to adequately articulate.

Source: Adapted from <https://www.berrydunn.com/news-detail/professional-skepticism-and-why-it-matters-to-audit-stakeholders>

16

On reading the title, the reader is led to assume that, besides defining, the author will:

- (A) lay out clear tools for hiring professionals;
- (B) inveigh against the major issues in the area;
- (C) provide a rationale supporting the main topic;
- (D) build up strategies to deny previous assumptions;
- (E) resume alternatives which may have been proposed.

17

Based on the information provided by the text, mark the statements below as true (T) or false (F).

- () An inquisitive mind is germane to those engaged in auditing.
- () Bringing out a verifiable estimate on skepticism can be done in no time.
- () On no account should professional skepticism be brushed aside when focusing on audit quality.

The statements are, respectively:

- (A) F – T – F;
- (B) T – F – F;
- (C) F – F – T;
- (D) F – T – T;
- (E) T – F – T.

18

In the first paragraph, when the author refers to a Jedi as “trying to hone his understanding of the ‘force’”, he means that this fictional character is attempting to:

- (A) feign it;
- (B) impart it;
- (C) display it;
- (D) sharpen it;
- (E) treasure it.

19

The extract that refers specifically to a clash that cannot be avoided is:

- (A) "There is an inevitable tug of war between professional skepticism and audit efficiency";
- (B) "By its definition, professional skepticism is a concept that specifically applies to auditors, and is not on point when it comes to other audit stakeholders";
- (C) "First and foremost, how your auditor applies professional skepticism to your audit directly impacts the quality of their service";
- (D) "This nuanced distinction is necessary to maintain the limited scope to which the definition of professional skepticism applies: the auditor";
- (E) "Essentially, you should both consider evidence that supports the initial conclusion and evidence that may be contradictory to that conclusion".

20

The function of the extract "whereas an auditor is required to remain independent" (fifth paragraph) is to bring out a(n):

- (A) gross misunderstanding;
- (B) contrasting situation;
- (C) impending matter;
- (D) appalling context;
- (E) startling episode.

Administração Pública e Políticas Públicas

21

Diversos autores apontam características comuns aos problemas públicos para facilitar o processo de identificação, podendo, assim, o analista de políticas categorizar e buscar soluções para novos desafios a partir de problemas anteriores de natureza semelhante. Entretanto, nem todos os problemas públicos compartilham características. No universo de problemas públicos contemporâneos merecem destaque os *wicked problems*, problemas desestruturados que desafiam continuamente os analistas.

Os *wicked problems* são singulares e diferenciam-se dos demais problemas públicos:

- (A) pela dificuldade de serem resolvidos e pelo potencial para criar problemas;
- (B) pela complexidade técnica e pelo alto grau de imprevisibilidade, incerteza e risco;
- (C) pela interligação com vários outros problemas e por não possuírem uma solução correta ou definitiva;
- (D) por não possuírem clara delimitação de fronteiras e por envolverem bens públicos;
- (E) por envolverem soluções com escolhas trágicas, assim como a redistribuição de riquezas e recursos.

22

Os conselhos de gestão agem como a arena de interação e debate entre os componentes políticos e os movimentos sociais. Um dos principais fatores relacionados ao sucesso dos movimentos sociais no propósito de impactar as políticas públicas está centrado no acesso aos decisores, para o qual os conselhos de gestão funcionam como mecanismos formais que visam garantir esse acesso.

Sobre os conselhos de gestão e sua contribuição para a participação social na formulação de políticas públicas, é correto afirmar que são:

- (A) espaços públicos não estatais cuja contribuição é altamente dependente das oportunidades abertas pelo Poder Executivo local e cuja eficácia é negativamente impactada por não possuírem instrumentos capazes de corrigir a assimetria informacional acerca da condição dos fundos que gerem;
- (B) espaços públicos estatais capazes de criar oportunidades para auxiliar o Poder Executivo cuja eficácia é positivamente impactada pelos instrumentos legais desenvolvidos em sua base legal e que possuem total controle dos fundos que gerem;
- (C) espaços públicos estatais capazes de criar oportunidades para auxiliar o Poder Legislativo cuja eficácia é positivamente impactada pelos instrumentos legais desenvolvidos em sua base legal e que possuem total controle dos fundos que gerem;
- (D) organizações do terceiro setor cuja contribuição é altamente dependente das oportunidades abertas pelo Poder Executivo local e cuja eficácia é negativamente impactada por não possuírem instrumentos capazes de corrigir a assimetria informacional acerca da condição dos fundos que gerem;
- (E) organizações do terceiro setor cuja contribuição é altamente dependente das oportunidades abertas pelo Poder Executivo local e cuja eficácia é positivamente impactada pelos instrumentos legais desenvolvidos em sua base legal e que possuem total controle dos fundos que gerem.

23

Com o advento da Constituição da República de 1988, a demanda por acesso à informação e transparência tem gradativamente aumentado no cenário nacional. Em 2019, visando ao fortalecimento da integridade, o governo federal instituiu no âmbito do Poder Executivo a Política Nacional de Governo Aberto (PNGA), que propõe como uma de suas principais diretrizes o fomento à participação social nos processos decisórios, bem como delega à Controladoria-Geral da União (CGU) a coordenação do Comitê Interministerial de Governo Aberto. Sobre o papel da CGU previsto na PNGA, é correto afirmar que cabe à CGU:

- (A) a elaboração e o monitoramento dos planos de ação nacionais, sendo também de sua responsabilidade propor e aprovar alterações, revisões e atualizações periódicas nos referidos planos;
- (B) a elaboração e o monitoramento dos planos de ação nacionais, sendo também de sua responsabilidade propor e aprovar alterações na composição do comitê quando da ausência de um dos membros;
- (C) a elaboração e o monitoramento dos planos de ação nacionais, sendo também de sua responsabilidade propor e aprovar o quórum, reuniões extraordinárias e suplentes do comitê;
- (D) a elaboração e o monitoramento dos planos de ação nacionais, sendo também de sua responsabilidade propor e aprovar estudos, levantamento de dados e reuniões ordinárias sobre os planos;
- (E) a formação e o monitoramento do comitê interministerial, sendo de sua responsabilidade aprovar alterações, revisões e atualizações periódicas dos membros e órgãos que o compõem.

24

A Estratégia de Governo Digital (EGD), estabelecida em 2020 no contexto do Poder Executivo Federal, busca formalizar o esforço de modernização do governo brasileiro, tendo como elementos fundamentais a integração e o acesso a dados entre os órgãos públicos.

Para tanto, a EGD:

- (A) aprimora e expande os mecanismos de interoperabilidade vigentes desde 2019;
- (B) barra e sobrepõe os mecanismos de interoperabilidade vigentes desde 2019;
- (C) limita e flexibiliza os mecanismos de interoperabilidade vigentes desde 2019;
- (D) expande, porém, desobriga os mecanismos de interoperabilidade vigentes desde 2019;
- (E) expande e complementa os mecanismos de interoperabilidade vigentes desde 2019.

25

No processo de formulação de estratégias e políticas públicas, por vezes os corpos burocráticos das organizações são considerados como elementos secundários ou pouco relevantes. O entendimento é de que cabe a esses grupos apenas o cumprimento dos desígnios de cúpulas e gabinetes de direção. Entretanto, diversos autores consideram que o corpo burocrático é componente fundamental da implementação e que, portanto, é necessário estabelecer fortes controles que evitem desvios na ação burocrática.

O estabelecimento de controles internos e externos sobre o corpo burocrático, no contexto da administração pública, é essencial para a implementação eficiente de políticas, pois:

- (A) limita o acesso à informação e reduz ruídos de comunicação entre a sociedade e a burocracia;
- (B) aumenta o acesso à informação e reduz ruídos de comunicação entre a sociedade e a burocracia;
- (C) salienta a expertise burocrática e aumenta a disparidade de informação entre cúpulas e burocracia;
- (D) limita a discricionariedade decisória burocrática e reduz a disparidade de informação entre cúpulas e burocracia;
- (E) aumenta a discricionariedade decisória burocrática e a influência política sobre a burocracia.

26

No processo de planejamento e execução de políticas públicas (PP), diversos fatores se fazem presentes e influem, direta e indiretamente, no processo decisório público. Compete aos gestores analisar com isenção os fatores de maior ou menor impacto de maneira a assegurar o uso apropriado de recursos com vistas ao alcance da finalidade, dos objetivos e da missão de seus órgãos. Quando trabalhando em conjunto com outros órgãos no planejamento e análise de PP, os decisores e gestores se defrontam com situações nas quais pode haver conflito de interesses na utilização de recursos.

Nesses casos específicos, devem-se considerar:

- (A) em conjunto objetivos individuais dos órgãos através de critérios amplos de forma a favorecer as metas individuais, aumentando assim a eficiência ao alocar recursos destinados a PP, por vezes garantindo que mais desses objetivos sejam alcançados;
- (B) em conjunto objetivos principais da PP através de critérios individuais de cada órgão de forma a mitigar metas e objetivos particulares, assim garantindo que mais objetivos principais sejam alcançados;
- (C) individualmente os objetivos principais da PP através de critérios individuais de cada órgão, de forma a mitigar as inclinações individuais a favorecer metas e objetivos particulares de cada órgão, por vezes garantindo que mais objetivos principais sejam alcançados;
- (D) em conjunto objetivos principais e individuais da PP através de critérios únicos de cada órgão, de forma a favorecer metas e objetivos particulares deles, por vezes garantindo a alocação mais eficiente de recursos e que mais objetivos principais sejam alcançados;
- (E) em conjunto objetivos principais da PP através de critérios amplos, de forma a mitigar as inclinações individuais a favorecer metas e objetivos particulares de cada órgão, por vezes garantindo que mais objetivos principais sejam alcançados.

27

No cenário atual, um dos desafios dos gestores públicos está centrado no alcance de resultados organizacionais voltados à melhoria dos serviços prestados ao cidadão. Uma metodologia tradicionalmente aplicada ao planejamento orientado para resultados é a PDCA, implementada em diversas organizações, tanto na esfera pública quanto no meio empresarial.

Sobre essa metodologia, é correto afirmar que o foco:

- (A) nos resultados é parte fundamental da terceira etapa e determinante para os ajustes, mas é dependente de indicadores de qualidade preestabelecidos;
- (B) nos processos é parte fundamental da primeira etapa e determinante para os indicadores de resultado, mas é dependente de referenciais técnicos anteriores;
- (C) na capacitação é parte fundamental da quarta etapa e determinante para os ajustes, mas é dependente do contexto em que a organização se encontra;
- (D) nos processos é parte fundamental da segunda etapa e determinante para os indicadores de resultado, mas é dependente de referenciais técnicos anteriores;
- (E) na capacitação é parte fundamental da primeira etapa e determinante para os resultados, mas é dependente do contexto em que a organização se encontra.

28

Na gestão por resultados, cabe ao gestor tomar decisões com base em critérios como eficiência, eficácia, viabilidade e aceitabilidade.

Sobre o papel do gestor e a gestão por resultados na administração pública, é correto afirmar que:

- (A) é inflexível, dada a atenção elevada aos mecanismos de mensuração, ao mesmo tempo que tem níveis altos de *accountability* gerados por objetivos mensuráveis e transparentes;
- (B) é flexível, dada a atenção reduzida aos processos burocráticos, ao mesmo tempo que tem níveis altos de *accountability* gerados por objetivos mensuráveis e transparentes;
- (C) é flexível, dada a atenção elevada aos mecanismos de mensuração, ao mesmo tempo que tem níveis baixos de *accountability* gerados por objetivos mensuráveis, porém opacos;
- (D) é inflexível, dada a atenção reduzida aos processos burocráticos, ao mesmo tempo que tem níveis baixos de *accountability* gerados por objetivos não mensuráveis mesmo que transparentes;
- (E) é flexível, dada a atenção reduzida aos mecanismos de mensuração, ao mesmo tempo que tem níveis baixos de *accountability* gerados por objetivos mensuráveis e transparentes.

29

A formulação de políticas públicas é um processo longo cujo desenvolvimento é permeado por conflitos de interesses. Grupos políticos divergentes buscam favorecer seus interesses e, conseqüentemente, podem influir na formulação de políticas públicas.

Acerca da corrupção na formulação de políticas públicas, é correto afirmar que é:

- (A) mais ampla em ambientes democráticos, em que um número maior de atores e grupos de interesse tem acesso ao processo e pode monitorá-lo, especialmente em Estados com índices de apoio popular reduzidos;
- (B) menos ampla em ambientes democráticos, em que um número maior de atores e grupos de interesse tem acesso ao processo e pode monitorá-lo, especialmente em Estados com índices de apoio popular reduzidos;
- (C) mais ampla em ambientes democráticos, em que um número maior de atores e grupos de interesse tem acesso ao processo e pode monitorá-lo, especialmente em Estados onde o processo de criação de políticas é retardado por oportunidades de veto;
- (D) mais ampla em ambientes democráticos, em que um número maior de atores e grupos de interesse tem acesso ao processo e pode monitorá-lo, especialmente em Estados com índices de apoio popular elevados;
- (E) menos ampla em ambientes autocráticos, em que um número maior de atores e grupos de interesse tem acesso ao processo e pode monitorá-lo, especialmente em Estados onde o processo de criação de políticas é retardado por oportunidades de veto.

30

As políticas públicas são desenhadas por meio de instrumentos capazes de traduzir as intenções dos formuladores de políticas em um conjunto de ações concretas. A escolha das ferramentas de aplicação, sejam elas a atuação direta do Estado ou as várias formas de parceria e arranjos público-privados, é fundamental no processo de formulação de políticas públicas. Nessa escolha, diversos fatores devem ser levados em conta, quais sejam: ideais, interesses, indivíduos e instituições. Cada fator apresenta um impacto diferente na escolha das ferramentas.

Sobre as instituições como fatores na escolha de ferramentas de aplicação de políticas públicas, é correto afirmar que, em conjunto com:

- (A) os indivíduos, elas tratam da aceitabilidade social das ferramentas, facilitando ou resistindo de acordo com as suas preferências por ferramentas socialmente aceitas;
- (B) as ideias, elas tratam da aplicabilidade das ferramentas, facilitando ou resistindo de acordo com suas preferências por ferramentas socialmente aceitas;
- (C) os interesses, elas tratam da aceitabilidade das ferramentas, facilitando ou resistindo de acordo com suas preferências e com o alcance econômico das ferramentas;
- (D) os indivíduos, elas tratam da eficiência das ferramentas, facilitando ou resistindo de acordo com suas preferências por ferramentas que diluem a responsabilidade;
- (E) os indivíduos, elas tratam da aplicabilidade das ferramentas, facilitando ou resistindo de acordo com suas preferências por ferramentas já estabelecidas.

PROVA DISCURSIVA

Questão 1 - Dissertação

“Do plano que adotardes sobre a discriminação da renda para o orçamento geral e para os dos estados, depende, senhores, a durabilidade ou a ruína da União, a constituição do país, ou a proclamação da anarquia, a honra nacional, ou a bancarrota inevitável.”

Rui Barbosa

Organização das Finanças Republicanas

(16/11/1890)

Hoje em dia, as finanças públicas são regidas por regras que prezam a justiça na arrecadação, eficiência na aplicação, transparência nas informações e rigor no controle das contas públicas (ABRAHAM, Marcus. *Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada*. 3. ed., 2020). E o orçamento público possui capital importância para o alcance de tais objetivos. Ressalta Ricardo Lobo Torres que a despesa e a receita são duas faces da mesma moeda, as duas vertentes do mesmo orçamento (TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de Direito Financeiro e Tributário*. 18. ed., 2011).

O orçamento público no Brasil materializa-se em três leis orçamentárias – lei orçamentária anual (LOA), lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e lei do plano plurianual (PPA) –, que, em conjunto, revelam as políticas públicas adotadas pelo Estado para atender às necessidades fundamentais e aos interesses da sociedade, de acordo com os objetivos do governante e as limitações financeiras que se impõem anualmente.

A propósito, no julgamento da ADI 4.048-MC, o então Ministro do STF Ayres Britto declarou sobre a lei orçamentária que, “no fundo, abaixo da Constituição, não há lei mais importante para o país, porque a que mais influencia o destino da coletividade”.

Considerando o processo orçamentário de elaboração, aprovação, execução e controle das leis orçamentárias, e especialmente à luz das disposições da Constituição Federal de 1988 e/ou da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), elabore um texto dissertativo abordando, de maneira concatenada, os seguintes tópicos:

1. A conexão entre as leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA), tratando brevemente também sobre seus respectivos conteúdos e finalidades.
2. O recente caminho no Brasil de um modelo de orçamento autorizativo para a adoção de um orçamento impositivo, tratando brevemente das últimas alterações constitucionais sobre o tema.

3. Três princípios orçamentários que pressupõem a responsabilidade na gestão fiscal, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, tratando brevemente do conceito de cada um deles.

4. As condições previstas na Constituição Federal de 1988 para aprovação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem.

5. O procedimento previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal a ser adotado caso verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.

6. As finalidades do sistema de controle interno, previstas na Constituição Federal de 1988, que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem manter de forma integrada.

Valor: 50 pontos

Máximo de 90 linhas.

Questão 2 - Discursiva

Em matéria de licitações, a União, por meio do Ministério Alfa, deseja realizar as contratações abaixo. Responda, de forma completa e objetivamente fundamentada, acerca da legalidade de cada pretensão.

a) O Ministério Alfa pretende publicar edital de licitação para contratação de aquisição de determinados bens com cláusula prevendo percentual mínimo referente à taxa de administração, com o intuito de obstar eventuais propostas, em tese, inexequíveis.

De acordo com a Lei nº 8.666/1993 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a mencionada previsão editalícia é legal?

b) Em janeiro de 2022, com base na Lei nº 14.133/2021, o Ministério Alfa, mediante dispensa de licitação, contratou a sociedade empresária Beta para prestar determinados serviços de engenharia, no valor de R\$ 80.000,00. Em março de 2022, o Ministério Alfa pretende realizar nova contratação, com dispensa de licitação, no mesmo ramo de atividade do serviço de engenharia contratado recentemente, mas agora no valor de R\$ 50.000,00.

De acordo com o regime jurídico da Lei nº 14.133/2021, a nova contratação é lícita?

Valor: 20 pontos

Máximo de 15 linhas.

Rascunho - Questão 1 - Dissertação

1

5

10

15

20

25

30

35

40

45

50

55

60

65

70

75

80

85

90

Rascunho - Questão 2 - Discursiva

1

5

10

15

Realização

